



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA



Projeto de Lei Ordinária 321/2024

Institui programa de fiscalização remota dos logradouros e áreas públicas, no âmbito do Município de Itaituba, por meio de sistema de videomonitoramento, nos termos que especifica.

Faço saber que a Câmara Municipal de Itaituba, Estado do Pará, aprova e o **Prefeito Municipal Valmir Clímaco de Aguiar** sanciona e publica a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui, no âmbito do município de Itaituba, Estado de Pará, Programa de Fiscalização Remota dos logradouros e áreas públicas, a efetivar-se por meio de sistema de videomonitoramento implantado mediante critérios discricionários do Poder Executivo, na forma que especifica.

Capítulo I – Das Diretrizes Gerais do Sistema de Videomonitoramento.

Art. 2º - Para fins desta lei, considera-se sistema de videomonitoramento a organização e instalação, em rede, de câmeras e outros equipamentos tecnológicos, utilizados para monitorar, capturar e/ou armazenar imagens de certas áreas públicas.

Art. 3º - O Programa de que trata esta lei destina-se a:

I - Fiscalizar, monitorar e proteger o patrimônio público e privado;

Taiane de Araújo Melo
Assessor de Gabinete Parlamentar
Matricula: 120146-8
29/04/2024
571.30

AV. Getúlio Vargas N.º 419 - Fone: (93) 99148-7609 - CEP: 68.180-000 - Itaituba - Pará
Email: camaradeitaituba@outlook.com
www.itaituba.pa.leg.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

II - Coibir, prevenir e reprimir: a) prática de ilícitos penais; b) ocorrência de irregularidades no trânsito; e c) prática de quaisquer ilícitos administrativos;

III - policiar vias públicas e operar o trânsito, nos limites da competência municipal, com especial ênfase na redução de acidentes;

IV - Intensificar a fiscalização nas vias públicas para inibir a prática de condutas infratoras à legislação municipal, com ênfase nos aspectos sanitários e tributários;

V - Dissuadir eventuais perturbações da ordem;

VI - Diminuir a sensação de insegurança da população do município;

VII - auxiliar na realização de flagrantes em tempo real e na identificação dos infratores, bem como em quaisquer outras políticas públicas relacionadas à segurança pública.

Art. 4º A instalação de sistema de videomonitoramento deverá ser concomitante à instalação de sinalização adequada nos logradouros públicos, informando acerca da existência das câmeras.

§1º A sinalização acerca da existência de sistema de videomonitoramento deve obedecer à padronização fixada pelo Poder Executivo, de modo que situações iguais devem ser sinalizadas com o mesmo critério.

§2º O Poder Executivo poderá criar slogan ou símbolo relativo ao sistema de videomonitoramento que instituir, o qual, caso criado, constará na sinalização correspondente.

Capítulo II – Da Constatação de Irregularidades por meio do Sistema de Videomonitoramento.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Art. 5º As imagens captadas pelo sistema de videomonitoramento instituído pelo Poder Executivo constituirão meio de prova hábil em procedimentos administrativos, ressalvado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§1º A constatação de quaisquer ilegalidades por meio do sistema de videomonitoramento não desobriga o poder público de proceder à lavratura do auto de infração, com descrição detalhada da ocorrência, possibilitando-se ao infrator o exercício do contraditório e da ampla defesa.

§2º O Poder Executivo poderá designar servidores públicos para realizar fiscalização intensiva e remota dos logradouros públicos por meio do sistema de videomonitoramento.

Art. 6º A imposição de penalidades às infrações aferidas por meio do sistema de videomonitoramento depende da existência de sinalização adequada no respectivo local.

Art. 7º No âmbito da competência municipal, ficam excluídas do sistema de verificação de infrações por videomonitoramento as supostas infrações de trânsito cometidas:

I - Dentro dos veículos, por violação aos princípios constitucionais da intimidade e privacidade;

II - Que tenham sistema próprio de apuração, como excesso de carga e outras.

Art. 8º A autoridade municipal, exercendo a fiscalização remota por meio do sistema de videomonitoramento, poderá autuar condutores, veículos, ambulantes, comerciantes, pedestres, e todos aqueles que, de algum modo, descumprirem *normas gerais de circulação ou violem condutas tipificadas previamente na*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

legislação municipal, estadual e federal, respeitados os limites de atuação do município.

Art. 9º As imagens captadas pelo sistema de videomonitoramento podem ser cedidas a outras autoridades para instrução de inquéritos cíveis, criminais ou processos judiciais, mediante requisição.

Art. 10º O fornecimento de imagens a particulares é vinculado à realização de procedimento administrativo próprio, nos termos de regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Capítulo III – Da Instalação do Sistema de Videomonitoramento.

Art. 11º A instalação do sistema de videomonitoramento ocorrerá segundo critérios discricionários do Poder Executivo e mediante disponibilidade orçamentária.

Art. 12º O Poder Executivo poderá instalar diretamente o sistema de videomonitoramento ou contratar empresa para execução do projeto, fornecimento e manutenção do sistema, segundo o que melhor atenda ao interesse público.

Art. 13º É lícito ao Poder Executivo aderir a sistema de videomonitoramento já implantado por empresas do setor privado, caso a medida se revele viável e melhor atenda ao interesse público.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá expedir atestado de capacidade técnica acerca dos serviços prestados por empresas particulares, relativamente ao sistema de videomonitoramento instituído por esta lei.

Art. 14º O Poder Executivo poderá celebrar parcerias e convênios voltados à fiel execução desta lei, inclusive compartilhando com outros entes ou órgãos, públicos e privados, as imagens obtidas a partir do sistema de videomonitoramento, respeitada a legislação de regência.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Art. 15º As câmeras que integrem o sistema de videomonitoramento:

- I - Somente poderão estar voltadas para o logradouro público, vedado o direcionamento específico para residências ou áreas particulares;
- II - Poderão ser instaladas em estruturas públicas e privadas, mediante consentimento expresso;
- III - deverão ser instaladas preferencialmente em mobiliário urbano já existente;
- IV - Não poderão ser voltadas à captação de imagens do interior de residências, clubes recreativos, espaços de lazer de uso privado, ambientes de trabalho alheio ou de qualquer outra forma de habitação amparada pelos preceitos constitucionais da privacidade.

Art. 16º Quanto às especificações tecnológicas, serão observados os seguintes parâmetros:

- I - Resolução Mínima de 720 pixels;
- II - Armazenamento Mínimo de 30 dias;
- III - atraso máximo de 40 segundos na transmissão das imagens;
- IV - Possibilidade de adicionar Leitura e Reconhecimento de Placas;
- V - Câmeras com ângulo de rotação horizontal de 360º e vertical de 180º, ou fixas, segundo critério do Poder Executivo;
- VI - Estrutura por cabeamento baseado em fibras ópticas ou via rádio;
- VII - operação em regime de uso contínuo, 24 horas por dia, salvo caso fortuito ou força maior;





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

VIII - configuração automática pré-estabelecida e/ou com possibilidade de operações manuais em tempo real;

IX - Acondicionamento das câmeras em receptáculo de proteção ou instalação em corpo sólido de alumínio ou aço, com proteção contra partículas de água;

X - Acessórios como fonte, nobreak, bateria e sistema de transmissão protegidos em Caixas Herméticas.

Art. 17º O sistema de videomonitoramento será composto, no mínimo, por:

I - Estação Central: constituída por um “servidor em nuvem”, com redundância/contingência das câmeras em rede e instalação de software de gerenciamento das imagens captadas;

II - Central de Monitoramento: a ser constituída em local determinado pelo Poder Executivo, podendo, inclusive, ser instalada noutros entes ou órgãos públicos ou privados, mediante assinatura de convênio ou termo de parceria, conforme o caso;

III - Estação do Usuário: os usuários devem ser individualmente autenticados para acessar as imagens, através de navegador de internet ou aplicativo próprio, mediante login e senhas individuais, com registro e controle de acessos detalhados de cada operação em logs, possibilitando futuras perícias de acesso.

Art. 18º O Poder Executivo poderá, via decreto, especificar outras qualificações técnicas ou alterar as já existentes.

Art. 18º O Poder Executivo poderá, via decreto, especificar outras qualificações técnicas ou alterar as já existentes.

Capítulo IV – Disposições Finais.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Art. 19º A execução desta lei ocorrerá mediante critério discricionário do Poder Executivo, ao qual compete definir as dotações orçamentárias próprias e suficientes para custeio das despesas, não havendo obrigatoriedade porquanto não seja aferida a disponibilidade orçamentária.

Art. 20º O Poder Executivo, ao implantar o sistema de videomonitoramento instituído por esta lei, poderá nomear o Programa, por meio de Decreto, bem como instituir símbolos ou slogans representativos.

Art. 21º A instalação de câmeras de monitoramento poderá ser paulatina.

Art. 22º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mas, sua vigência não importa em obrigatoriedade imediata de implantação do sistema de videomonitoramento.

Art. 23º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba "CARLOS ROBERTO CABRAL FURTADO" em 29 de abril de 2024.

Conrado Wolfring

vereador do PL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Justificativa

Por este sistema, será possível coibir ações ilegais praticadas por alguns condutores e que podem interferir no tráfego da cidade e causar acidentes, como conversões irregulares, avançar o sinal vermelho, parar em fila dupla, dirigir e falar ao celular, estacionamento irregular, transitar na contramão, entre outras. A autuação pelas câmeras seguirá o mesmo modelo que hoje é realizado pelos agentes de trânsito.

O uso dos equipamentos de vídeo, como apoio ao monitoramento do trânsito, foi regulamentado em julho deste ano pela resolução 532 do Contran (Conselho Nacional de Trânsito). Anteriormente, sua utilização era permitida somente em estradas e rodovias.

STF:

A decisão do STF em repercussão geral definiu a tese 917 para reafirmar que: **“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal).”** Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Professor Alexandre de Moraes (In: Direito Constitucional,30.Ed.Rev.E atual. São Paulo: Atlas,2014).

Dito isso, depreende-se, com espeque na razoabilidade e a luz do posicionamento adotado pelo STF, dos dispositivos normativos e da doutrina citada, que cabe resguardar a prerrogativa constitucional de legislar do vereador, nos projetos de lei, que aumente ou altere a despesa do executivo, ressalvada as matérias de competência exclusiva, na sua tramitação, pela Câmara Municipal, cabendo nas fases de iniciativa, discussão e votação, sem que haja a necessidade, a priori, de apresentar a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, ficando a cargo do chefe do executivo, na fase de sanção ou veto, apresentará parecer jurídico fundamentado , com o fito de demonstrar a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, ficando a cargo do chefe do executivo, na fase de sanção ou veto e, sendo caso de veto, apresentará parecer jurídico fundamentado, com o fito de demonstrar a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, com as devidas formalidades legais.

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba “CARLOS ROBERTO CABRAL FURTADO” em 29 de abril de 2024.

Conrado Wolfring

Vereador do PL

